

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.078 - AL (2019/0354032-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : CARLOS ANDRE NASCIMENTO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CARLOS ANDRÉ NASCIMENTO DA SILVA – preso cautelarmente no dia 19/6/2019 pela suposta prática do crime de homicídio qualificado – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (0804337-07.2019.8.02.0000).

Na ação originária, a defesa alegou, em síntese, não haver motivação idônea para a manutenção da prisão cautelar. O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 163):

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, INCISO III, DO CÓDIGO PENAL). PACIENTE SEGREGADO PARA GARANTIR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL E A ORDEM PÚBLICA. PLEITO DE SOLTURA DO PACIENTE. ALEGAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO INAPTA PARA SUSTENTAR O DECRETO SEGREGATIVO. NÃO ACOLHIMENTO. DECISÃO APOIADA EM FUNDAMENTOS VÁLIDOS E CONCRETOS PARA SUSTENTAR A SEGREGAÇÃO CAUTELAR DO PACIENTE. GRAVIDADE ACENTUADA DA CONDUTA EM RAZÃO DO MODUS OPERANDI DO DELITO. NOTÍCIA DE QUE O PACIENTE SE EVADIU DO LOCAL DO CRIME. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, tombado sob o nº 0804337-07.2019.8.02.0000, impetrado pelos Defensores Públicos Estaduais João Fiorillo de Souza e Letícia Silveira Seerig, em favor de Carlos André Nascimento da Silva, vulgo André Pitbull, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 4ª Vara de Palmeira dos Índios/Criminal.

Nas razões do presente recurso, a Defensoria Pública reafirma a alegação de ausência de fundamentação idônea para a prisão preventiva, com

Superior Tribunal de Justiça

suporte nas hipóteses do art. 312 do CPP. Lembra que configura constrangimento ilegal a determinação da medida extrema com base na gravidade abstrata do crime ou sem a comprovação de periculosidade.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, mediante a aplicação de medidas cautelares mais brandas, como as previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, o Tribunal entendeu haver motivos suficientes para a segregação cautelar, conforme se extrai dos seguintes trechos do acórdão (e-STJ fl. 166/168, *grifei*):

Noto que o caso dos autos diz respeito a uma prisão preventiva decretada com respaldo na garantia da aplicação da lei penal e da ordem pública. Assim, resta saber se o Juiz, em sua fundamentação, demonstrou com elementos concretos e idôneos a necessidade de determinar a segregação do paciente.

Embora tenha sido apontado que a decretação de prisão preventiva não se amparou em elementos aptos para segregar a liberdade do paciente, verifica-se, por outro lado, que o Juiz, nas 03 (três) oportunidades que teve para se manifestar sobre a prisão cautelar ora apreço - quando decretou a segregação do agente, quando a manteve e ao prestar informações a esta Corte - apontou, especificamente, por quais razões segregou o mesmo, especialmente, o modus operandi da suposta infração penal, o risco de reiteração delitiva e a fuga do agente. Confira-se:

[...] Pois bem. No caso em concreto, a materialidade delitiva restou demonstrada através do boletim de identificação de cadáver (fl. 07). Já os indícios de autoria do delito, restaram

Superior Tribunal de Justiça

demonstrados através dos termos de declarações e dos depoimentos das testemunhas prestados perante a autoridade policial, nos quais as pessoas que estavam no local do fato indicaram que o representado assassinou a vítima a golpes de enxada e jogou o corpo em um buraco no quintal, foragindo do distrito de culpa após o fato. Eis, pois, os formadores do pressuposto fumus commissi delicti. Lado outro, no que pertine ao pressuposto do periculum libertatis, vê-se sua sedimentação, inicialmente, no requisito da necessidade de se assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que o representado, depois do fato delitivo, não mais foi visto local do fato, foragindo na motocicleta da vítima, não sendo localizado pela autoridade policial para prestar esclarecimentos no tocante do crime em comento. Ainda, vislumbro a necessidade de garantia da ordem pública, dadas as circunstâncias concretas do fato delitivo investigado, no qual o agente criminoso supostamente dá golpes de enxada na vítima e atira o corpo em um buraco aberto em seu quintal. Outrossim, presentes os requisitos gerais de cautelaridade, pois a segregação provisória que ora se decreta visa, como acima dito, assegurar a aplicação da lei penal e garantir a ordem pública, ao tempo em que também é adequada (art. 282, li, CPP), pois leva em conta, principalmente, a gravidade do delito imputado. [...] (Trecho da decisão proferida pela autoridade ora apontada como coatora no sentido de decretar a prisão preventiva do paciente, fls. 145-147, grifo nosso)

[...] No que tange ao pedido de revogação da prisão preventiva formulado pela defesa às fls. 126-134, verifico que desde a data em que fora decretada a prisão do acusado, na decisão de fls. 25-27, em 03 de junho de 2019, não houve alteração nas circunstâncias fáticas apresentadas, capazes de ensejar revogação da medida decretada. Tenho que a defesa não trouxe, na nova manifestação, nenhum documento novo ou informação nova, diferente daqueles já apreciados por este Juízo. Neste ponto, ressalto que a referida prisão cautelar foi satisfatoriamente motivada para assegurar a lei penal, visto que evadiu-se do distrito de culpa após a prática delitiva, bem como de se preservar a ordem pública, em razão da periculosidade do acusado, levando em consideração o modus operandi empregado no delito deste processo, e para além disso, o referido é contumaz no cometimento de crimes, tanto nesta, quanto em outras comarcas, respondendo por delitos diversos, evidenciando a provável reiteração delitiva. Desta feita, sem mais delongas,

Superior Tribunal de Justiça

em consonância com a manifestação do Órgão Ministerial, mantenho a prisão preventiva de Carlos André Nascimento da Silva. [...] (Trecho do parecer ofertado pela PGJ às fls. 138-140, grifo nosso)

[...] O paciente fora preso em 19 de junho de 2019 (fls. 32-41)

através de mandado de prisão preventiva representado pela autoridade policial, decretada em 03 de junho de 2019, nas termos da decisão de jls. 25/27, por suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, III, do Código Penal (homicídio supostamente praticado em 26 de maio de 2019). Na referida decisão, foram prestigiados os requisitos necessitados de se assegurar a aplicação da lei penal (fuga do acusado do distrito de culpa na motocicleta da vítima) e garantir a ordem pública (modus operandi e gravidade concreta do crime, pois o acusado supostamente deu golpes de enxada na vítima e atirou na mesma num buraco aberto em seu quintal). [...] Em decisão datada de 12 de julho de 2019 (fls. 138-140), houve o recebimento da denúncia e fora determinada a citação do acusado. Na oportunidade, fora indeferido o pedido apresentado pela defesa e mantida a prisão preventiva anteriormente decretada, uma vez que não houve mudança da situação fática capaz de motivar a desnecessidade da custódia cautelar. [...] (Trecho das informações prestadas pela autoridade coatora, fls. 154-155, grifo nosso)

Assim, reconheço que o Juiz se emfraspu çm fatç\$ çpnçretQS e idôneos para decretar a medida cautelar de natureza pessoal mais rigorosa em detrimento do paciente, inexistindo espaço para se falar em fundamentos abstratos ou inidôneos para decretação da prisão preventiva.

Com efeito, "[a] jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de ser idônea a prisão decretada com base em fatos concretos observados pelo juiz na instrução processual, notadamente a periculosidade, não só em razão da gravidade do crime, mas também do *modus operandi* da conduta delituosa." (HC n. 124.562, Relator Ministro GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 24/3/2015, publicado em 24/4/2015).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa,

Superior Tribunal de Justiça

mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Dispensando as informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator